



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____ DE 2017, (Do Senhor Deputado Onyx Lorenzoni).

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de ampliar a aplicação dos excludentes de ilicitude previstos no dispositivo legal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Exclusão de ilicitude

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito;

IV- em defesa de sua residência ou local de trabalho, em caso de esbulho ou ingresso sem autorização.

Parágrafo 1º - consideram-se no estrito cumprimento do dever legal, e exercício regular de direito, as autoridades de segurança pública, bem como os integrantes das Forças Armadas quando no exercício de atividades de polícia, no exercício de suas funções ou em razão delas, e pessoa que atue comprovadamente em conjunto com esses, no intuito de colaborar na salvaguarda de direitos ou cumprimento da lei;

Parágrafo 2º - Os agentes abrigados sob a égide da exclusão de ilicitude, dispostos no parágrafo anterior, não sofrerão quaisquer medidas restritivas ou modificativas de direito de caráter administrativo, funcional, cível ou penal enquanto perdurar a apuração dos fatos;

Parágrafo 3º - Nas circunstâncias em que houver a necessidade de recolhimento de arma utilizada pelo agente na consecução do fato, caberá ao Estado, mediante cautela, prover-lhe a sua reposição, enquanto persistir o recolhimento;

Parágrafo 4º- O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo, sendo vedada, no entanto, a sua prisão em flagrante. ” (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta legislativa tem por objetivo ampliar a aplicação dos excludentes de ilicitude, já previstas no ordenamento jurídico legal.

Muito embora o artigo 23, inciso III, do Código Penal contemple como excludente de ilicitude, ou seja, não considere crime a conduta praticada em estrito cumprimento de dever legal, ou no exercício regular de direito; na prática a sua aplicabilidade tem se dado de forma discricionária em relação as autoridades de segurança pública, bem como os integrantes das Forças Armadas, quando no exercício de atividades de polícia, no exercício de suas funções ou em razão delas.

São inúmeros os casos relatados por todo o país de autoridades policiais, ou militares das Forças Armadas em exercício de operações de polícia, que tem sido presos em flagrante quando, em confronto com criminosos, são forçados a praticar ações de força no exercício de suas funções ou em razão delas.

Uma vez presos, esses gentes da lei tem sido denunciados, processados e julgados, muitas vezes por júri popular, por haverem praticados os atos necessários à manutenção da lei e da ordem pública, mesmo utilizando-se do uso moderado e progressivo da força, como disciplina a boa técnica policial.

Por outro lado, a lei também não prevê que pessoa que atue comprovadamente em conjunto com as autoridades de segurança ou outras a ela equiparadas, no intuito de colaborar na salvaguarda de direitos ou cumprimento da lei, possam valer-se do mesmo excludente de ilicitude.

Para bem explicar uma circunstancia à qual se amoldaria o tipo penal, tome-se por exemplo de um cidadão que, vendo a polícia perseguir um delinqüente, trava luta corporal com este, causando-lhe lesões em virtude da contenção ou prisão.

Em uma situação como esta, o cidadão deve igualmente ter sua conduta abrigada pelo excludente de ilicitude, uma vez que o mesmo fato não pode ser objetivamente lícito para uns e ilícito para outros.

Outro aspecto que a proposição prevê é que os agentes abrigados sob a égide da exclusão de ilicitude, não sofrerão quaisquer medidas restritivas ou modificativas de direito de caráter administrativo, funcional, cível ou penal enquanto perdurar a apuração dos fatos nos quais tenha se envolvido e, nos casos em que houver a necessidade de recolhimento de arma utilizada pelo agente, caberá ao Estado, mediante cautela, prover-lhe a sua reposição, enquanto persistir o recolhimento.

A alteração proposta mantém a permissão para que o agente responda por excesso doloso ou culposos, sendo vedada, no entanto, a prisão em flagrante.

Finalmente, a presente proposta estende o excludente de ilicitude àqueles que agirem em defesa de sua residência ou local de trabalho, em caso de esbulho ou ingresso sem autorização, estabelecendo um mecanismo inibitório de ações ilegais, dando amparo aos agravados para que possam utilizar-se dos meios necessários, observados os limites legais, de reagir a ações criminosas.

Ante o exposto, pelo relevante interesse público envolvido na questão, é de suma importância a aprovação deste projeto, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 2017.

DEPUTADO ONYX LORENZONI
DEMOCRATAS/RS

AP/COM/AT/LEGIS/DEM/1807/2017